

PANORÂMICA

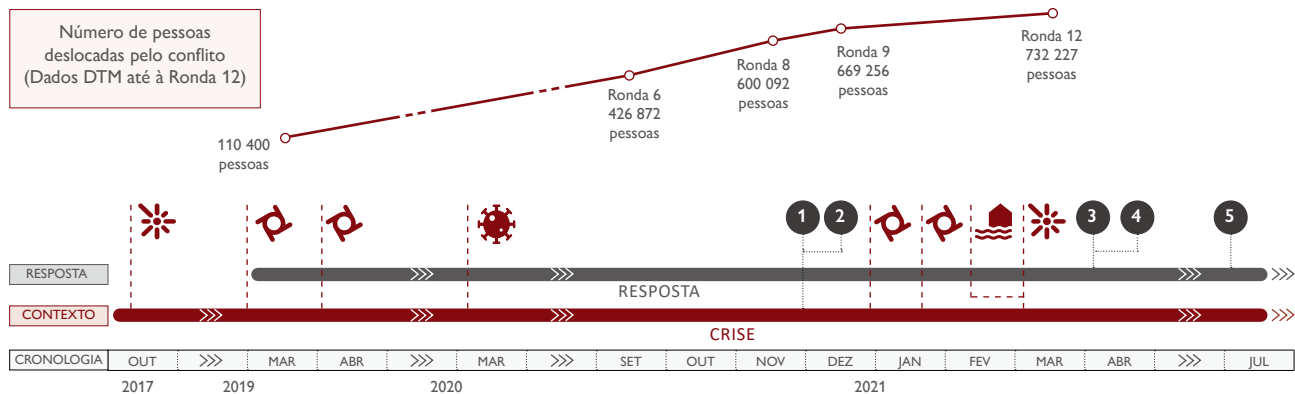
MOÇAMBIQUE 2020-2021 / CRISE COMPLEXA

CRISE	Crises de insegurança e relacionadas com ciclones em Moçambique, 2017 em diante
PESSOAS AFETADAS/ DESLOCADAS	Norte de Moçambique 732 227 pessoas deslocadas* Ciclone Eloise e tempestade Chalane 175 000 pessoas afetadas**
CASAS DANIFICADAS/ DESTRUÍDAS	Ciclone Eloise 3000 casas danificadas e 20 000 casas destruídas***
PESSOAS COM NECESSIDADES DE ABRIGO	1,6 milhões de indivíduos****
LOCAL DA RESPOSTA	Crise de insegurança da região Norte: províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia. Crise relacionada com ciclones na região Centro: Zambézia, Sofala e Manica.
PESSOAS APOIADAS NA RESPOSTA	Região Norte 150 479 indivíduos Região Centro 65 940 indivíduos***
RESULTADOS DA RESPOSTA	20 195 famílias alcançadas através de apoio de abrigo de emergência 26 754 famílias alcançadas através de apoio sob a forma de produtos não alimentares 408 famílias alcançadas através de abrigos melhorados*****
	*Fonte: DTM Ronda 12 **Fonte: INGD ***Fonte: Cyclone Eloise Overview ****Fonte: PiN em resumo do Plano de Resposta Humanitária e Plano de Preparação 2021 *****Fonte: SW, junho de 2021



RESUMO DA RESPOSTA

Nos últimos anos, Moçambique tem sido alvo de múltiplas crises, um conflito em escalada e quatro grandes ciclones, tudo isto agravado pelo impacto da COVID-19. Os efeitos intensificados destas crises conduziram ao aumento da vulnerabilidade e do deslocamento. A coordenação do abrigo promoveu múltiplas respostas, mas manteve-se consideravelmente subfinanciada. Esta panorâmica da resposta centra-se na resposta verificada desde 2020 em diante.



- Out. 2017:** Início do deslocamento de pessoas causado por ataques de Grupos Armados Não Estatais (GANE).
- Mar. 2019:** Ciclone Idai atinge a região Centro.
- Abr. 2019:** Ciclone Kenneth atinge a região Norte.
- 11 mar. 2020:** A OMS declara o novo surto de COVID-19 uma pandemia global.
- 30 dez. 2020:** Tempestade tropical Chalane atinge a região Centro.
- 23 jan. 2021:** Ciclone Eloise atinge a região Centro.
- Mar. 2021:** Cheias no Norte de Moçambique, 200 famílias deslocadas afetadas.
- Mar. 2021:** A cidade de Palma, na província nortenha de Cabo Delgado, foi atacada pelos GANE.
- 1 Dez. 2020:** Quase 80% das pessoas deslocadas devido ao conflito vivem em comunidades de acolhimento.
- 2 Dez. 2020:** As pessoas começam a dirigir-se para áreas de realocização. Abrigo permanente autorizado.
- 3 Abr. 2021:** Cinco novas áreas de realocização estabelecidas na região Centro.
- 4 Abr. 2021:** Milhares de pessoas em movimento todas as semanas, a fugir de Palma e dos distritos do Norte.
- 5 Jul. 2021:** Durante a última semana de julho de 2021, encontravam-se em movimento 8086 pessoas.

CONTEXTO

Moçambique é um país com uma extensão de 2300 quilómetros de costa no Oceano Índico. Está altamente exposto a catástrofes naturais, com o sul afetado pela seca e regularmente atingido por ciclones, cheias e tempestades tropicais.

Em 2019, dois grandes ciclones, o Idai e o Kenneth, atingiram o centro e o norte do país, afetando dois milhões de pessoas. Em março de 2020, ascendia a 99 000 o número de pessoas que continuava a receber ajuda em 73 áreas de reassentamento.

CONFLITO

Desde 2017, os ataques de Grupos Armados Não Estatais (GANE) na região nortenha resultaram num aumento progressivo do número de pessoas deslocadas internamente, verificando-se que muitas pessoas são deslocadas com frequência várias vezes. Ao longo de 2020, o conflito acentuou-se, com os GANE a conquistar o controlo dos distritos de Mocímboa da Praia, Muidumbe, Quissanga e Macomia. Em março de 2020, o número de pessoas deslocadas era de 110 000 e no final do ano o número era superior a 500 000. Os resultados da Avaliação de Referência DTM (Ronda 12) demonstram que os principais distritos de origem de pessoas deslocadas internamente são Quissanga, Palma, Macomia e Mocímboa da Praia, os mesmos distritos em que o acesso humanitário permanece limitado devido à situação de segurança volátil nas áreas. De uma maneira geral, verifica-se uma tendência continuada de deslocamento para as capitais de distrito e para sul, onde as pessoas deslocadas internamente encontram segurança.

Os catalisadores do conflito continuam sem resposta e o acesso humanitário tem sido severamente prejudicado devido a barreiras administrativas, à insegurança e à COVID-19. Apesar da sua abundância de recursos naturais, Cabo Delgado permanece economicamente desfavorecido, com pouco investimento em educação, serviços de saúde, sistemas de água e saneamento, transportes públicos e infraestruturas de telecomunicações. Por conseguinte, está na cauda da lista dos indicadores de desenvolvimento humano em relação às outras províncias.

O deslocamento causado pelo conflito aliado a catástrofes anteriores e as vulnerabilidades socioeconómicas preexistentes superaram as capacidades de resposta das autoridades locais e agravaram as dificuldades da comunidade no que se refere ao acesso a serviços básicos.

Em novembro de 2020, quase 80% das pessoas deslocadas viviam em comunidades de acolhimento, cujas condições de vida eram também muito precárias. Verificavam-se também necessidades de abrigo residuais resultantes do ciclone Kenneth (que atacou a região Norte em abril de 2019). Os restantes 20% das pessoas encontravam-se maioritariamente em locais temporários (escolas) e em terrenos adjacentes informalmente ocupados. A ausência de acesso a um abrigo seguro para pessoas deslocadas causou uma sobrelotação tanto nas comunidades de acolhimento como nos locais temporários, intensificando os riscos para a saúde e proteção, especialmente para as mulheres e crianças.

No dia 27 de março de 2021, a cidade de Palma foi atacada e as pessoas fugiram para Nangade, Mueda, Montepuez, Ilha do Ibo e Pemba. Durante a última semana de julho de 2021, registaram-se 8086 pessoas recentemente deslocadas, elevando o número total de pessoas que foram deslocadas de Palma a aproximadamente 80 000 pessoas, além das centenas de milhares que foram deslocadas ao longo dos últimos anos. A maioria das famílias deslocadas nas províncias do Norte continuam a necessitar de acesso urgente a itens e serviços básicos, incluindo as que se encontram em Palma.

TEMPESTADE TROPICAL CHALANE E CICLONE ELOISE

Além do conflito, no dia 30 de dezembro de 2020, a tempestade tropical Chalane atingiu a região Centro de Moçambique. Devastou localidades onde aproximadamente 90 000 pessoas deslocadas pelo ciclone Idai viviam em áreas de reassentamento. A tempestade afetou um total de 86 412 famílias (441 686 pessoas). As pessoas mais vulneráveis, que não tinham capacidade de se preparar/melhorar o seu abrigo antes da chegada da tempestade, foram as mais afetadas. Posteriormente, foi o ciclone tropical Eloise que atingiu em 23 de janeiro de 2021. Afetou uma área a sul do conflito, causando estragos num local atingido pelo ciclone Idai em 2019. Foi catalogado como um ciclone tropical de Categoria 2.



Desde 2019, quatro grandes ciclones e tempestades tropicais atingiram Moçambique. Esta fotografia mostra pessoas deslocadas na sequência do ciclone Eloise em 2021, que causou estragos perto da área atingida pelo ciclone Idai em 2019.



©Eva Samalá

Ao longo de 2020, o conflito no Norte do país ampliou-se e o deslocamento aumentou rapidamente. Muitas pessoas deslocadas dirigiram-se para áreas temporárias, como esta em Cabo Delgado.

RESPOSTA DE EMERGÊNCIA AO CONFLITO

Os recursos mostravam-se extremamente limitados para todas as respostas em Moçambique e era necessária ajuda imediata. Foram fornecidos diferentes “pacotes de abrigo personalizados” em função do contexto (rural ou urbano), da disponibilidade de materiais de construção que poderiam ser recolhidos pela população deslocada e da capacidade dos parceiros.

Em contextos rurais em que as pessoas deslocadas tinham acesso a materiais de construção locais, foi fornecido um simples kit composto por Abrigo de emergência (1 lona)/Produtos não alimentares (produtos domésticos básicos) e ferramentas a fim de apoiar a autorrecuperação. Assim que as pessoas se realojavam em terrenos em locais de realocização (15x20m), estavam aptas a erguer um abrigo de emergência básico “tipo tenda”, onde podiam viver enquanto construíam abrigos transitórios ou semipermanentes.

Em contextos urbanos ou periurbanos, onde o acesso a materiais de construção locais é mais complicado, na medida do possível (com base nos recursos disponíveis e/ou na capacidade dos parceiros), as pessoas deslocadas recebiam um kit de abrigo de emergência com materiais de construção. Desta forma, estavam aptas a erguer um abrigo de emergência básico e modernizá-lo assim que fossem disponibilizados mais materiais (recebidos ou adquiridos).

Em todos os contextos, os parceiros da Shelter Cluster visavam identificar as famílias mais vulneráveis que necessitavam de assistência técnica e/ou laboral, embora os recursos para a fornecer se revelassem bastante limitados.

DIRECIONAR ESFORÇOS

A Shelter Cluster desenvolveu ferramentas de avaliação ao nível das famílias com um sistema de “Score Card” e deu formação aos recenseadores dos parceiros do Cluster. Também utilizou equipas da Matriz de Rastreamento de Deslocamentos. As avaliações foram conduzidas a fim de assegurar que as informações corretas eram recolhidas e processadas, para que as pessoas mais vulneráveis pudessem ser identificadas e as suas necessidades satisfeitas de forma adequada. A ferramenta exigia a realização de avaliações ao nível das famílias, a fim de evitar ao máximo distribuições gerais. Apesar destes esforços, a verificação das listas de distribuição revelou-se bastante complicada e os agentes humanitários têm dificuldades em direcionar os esforços para as pessoas mais vulneráveis.

Na prática, os parceiros tinham pouca liberdade para identificar e direcionar esforços para as famílias mais vulneráveis com base nos critérios de seleção definidos pela Shelter Cluster. Contudo, no início de 2021, a comunicação dos parceiros com as autoridades locais melhorou e os esforços de sensibilização da Shelter Cluster e de outros membros do Inter Cluster Coordination Group (ICCG) foram reforçados. Como resultado, foi antecipado que seria possível adaptar melhor uma resposta baseada nas diferentes necessidades de cada família que era realojada.

“KITS DE SOBREVIVÊNCIA”

De outubro a dezembro de 2020, os 12 parceiros ativos da Shelter Cluster (na altura) conseguiram prestar ajuda a 7292 famílias afetadas pela crise de insegurança. Não deixando de ser significativa, esta ajuda chegara apenas a 7% das pessoas para a qual estava direcionada. Em virtude da necessidade de responder com rapidez, foi também apresentada uma metodologia de Kits de sobrevivência aos parceiros da Cluster e ao ICCG. Em dezembro, o Shelter Cluster iniciou projetos-piloto da modalidade de Kits de sobrevivência destinados a áreas difíceis de alcançar. Antes dos ataques em Palma e da subsequente evacuação, as primeiras 146 famílias receberam assistência por meio destes kits.

No final de janeiro de 2021, a Shelter Cluster iniciou o desenvolvimento de Procedimentos Operacionais Normalizados para a utilização de Kits de sobrevivência, envolvendo-se com outros setores e normalizando a composição. O contributo dos parceiros da Shelter Cluster para estes kits era constituído por 1 saco, 1 lona, 1 conjunto de cozinha (leve) adaptado, 1 lâmpada solar e 1 rede mosquiteira (a adaptar com base no contexto). Os kits são coordenados com os Clusters de WASH, Saúde, Segurança Alimentar e meios de subsistência. Coletivamente, os kits são pré-embalados em conjunto com elementos-chave dos diferentes setores.

ÁREAS DE REASSENTAMENTO

Em Moçambique, as áreas de realociação – áreas de reinstalação para pessoas deslocadas internamente afetadas pela crise de insegurança – são geralmente promovidas pelas autoridades locais para algumas das pessoas deslocadas. Nestas áreas, é permitido instalar soluções semipermanentes e permanentes. Cada família recebe um terreno de 15x20m onde pode instalar-se de imediato e, com base no apoio recebido ou nos recursos disponíveis, construir e modernizar o seu abrigo.

Entre novembro e dezembro de 2020, tiveram início as realocações desde as áreas mais congestionadas em Pemba até algumas áreas de realociação em Ancuabe e Metuge, mas os parceiros não conseguiam direcionar os esforços para as famílias

mais vulneráveis com base nos critérios de seleção. As áreas de realociação rapidamente se tornaram pequenas aldeias e a intenção é que se tornem povoações permanentes.

AUTO-RECUPERAÇÃO

Tendo em conta a escala das necessidades e os recursos limitados, as pessoas afetadas encontraram as suas próprias soluções de abrigo. Grande parte destes esforços depende de encontrarem terra onde possam construir. Quando as pessoas tinham acesso à terra, geralmente conseguiam começar a recuperar e a construir abrigos e casas. Para estas famílias que começaram a construir os seus próprios abrigos, os parceiros da Shelter Cluster que dispunham de recursos estavam aptos a prestar apoio por meio de kits de reabilitação e/ou construção de telhados e assistência técnica. Desta forma, foi possível aumentar a resiliência e reduzir a exposição a catástrofes naturais.

Para as pessoas que viviam nas áreas, dependendo do contexto, algumas receberam assistência sob a forma de abrigos de emergência/produtos não alimentares para começarem a construir e modernizar os seus abrigos, mas, por vezes, se o processo de realociação se atrasava, frequentemente tinham de esperar mais de cinco meses para começarem a melhorar os seus abrigos. Assim que as famílias tinham acesso a mais recursos, ampliavam o seu abrigo de emergência. Algumas famílias não estavam aptas a modernizar o tipo de abrigo, concentrando-se antes em aumentar o espaço coberto. Sempre que as pessoas estavam aptas a encontrar recursos, com algum apoio técnico, modernizavam os abrigos.

Além dos kits básicos de abrigos de emergência/produtos não alimentares que foram fornecidos, as organizações de apoio também ofereciam formação. Os conhecimentos sobre a utilização adequada dos recursos naturais e as orientações técnicas para a construção de abrigos mais resilientes visavam aumentar a eficácia da resposta e mitigar os impactos ambientais relacionados com as intervenções de abrigos de emergência (como a desflorestação e a degradação do solo).



Foi prestado apoio às famílias que construíam os seus próprios abrigos com materiais disponíveis localmente. Estes esforços incluíam sessões de formação e sensibilização sobre técnicas de construção mais resistentes e mitigação dos potenciais impactos negativos da construção de abrigos.



Abrigo de emergência e Abrigo semipermanente (de construção própria) enquanto parte da estratégia de modernização numa mesma família, Área de realociação de Ntokota, Metuge, Cabo Delgado.

RESPOSTA À TEMPESTADE TROPICAL CHALANE E AO CICLONE ELOISE

A resposta inicial baseou-se em tendas familiares pré-instaladas em 2020. O governo criou “centros de acomodação” como locais transitórios/temporários para alojar pessoas deslocadas pelas tempestades. Em alguns casos, tratava-se de centros coletivos em edifícios públicos como escolas, ao passo que noutros tratava-se de locais de acampamento temporários.

A primeira prioridade para os parceiros dos abrigos, conforme recomendado pelo governo, era desativar os centros de acomodação. Verificava-se também a necessidade de descongestionar as tendas familiares partilhadas e apoiar a reinstalação de novas famílias deslocadas. As pessoas foram retiradas de centros de acomodação e áreas de reinstalação superlotadas para terrenos individuais em localizações seguras. As agências tinham dificuldades em planear devido ao curto período de aviso da desativação dos centros de acomodação. A ajuda fornecida incluía kits básicos de abrigos de emergência (2 lonas e ferramentas) e produtos não alimentares essenciais.

Foram criadas cinco novas áreas de reinstalação e ampliadas oito áreas de reinstalação existentes. Assim, foram disponibilizados terrenos a 6736 novas famílias deslocadas (um aumento de 35% face ao número de terrenos disponíveis em áreas de reinstalação na sequência do ciclone Idai). As áreas de reinstalação foram promovidas pelo governo especialmente para a reinstalação de pessoas que viviam em áreas com propensão para catástrofes antes da chegada dos ciclones.

Os 11 parceiros da Shelter Cluster ativos na resposta à tempestade Chalane e ao ciclone Eloise alcançaram mais de 13 000 famílias a quem ofereceram abrigos de emergência e produtos não alimentares, tanto dentro como fora das áreas de reinstalação. No entanto, verificavam-se vastas lacunas na cobertura da disponibilização de assistência, tanto a pessoas em áreas de reinstalação existentes (8755 famílias foram afetadas) como a pessoas fora das áreas de reinstalação (50 000 famílias foram afetadas).

A Shelter Cluster da região Centro mostrou-se também preocupada com a ausência de stocks preposicionados disponíveis para a estação das chuvas de 2022 e com os elevados números de famílias que continuavam a viver em abrigos de emergência desde o ciclone Idai em 2019, aumentando ano após ano, e também com a ausência de apoio para a passagem a soluções de habitação transitórias e permanentes.



Extensão de abrigo na Área de realocização de Ntokota, Metuge, Cabo Delgado.

AS CHEIAS EM CABO DELGADO

Entretanto, ocorreram cheias em Cabo Delgado, onde a crise de insegurança continuou a agravar-se. Mais de 200 famílias foram afetadas pelas cheias (além de ter ocorrido um surto de cólera numa área), mas a falta de recursos dos parceiros e uma ausência de terra disponível para realocização comprometeram a ajuda.

RECURSOS ESCASSOS

Em abril de 2021, devido aos ataques em Palma, o número de pessoas deslocadas ascendia a 732 230. Todos os dias se verificavam novas chegadas às áreas de realocização e temporárias, mas a reposição de stocks revelou-se bastante complicada devido aos atrasos do aprovisionamento e à ausência de recursos. A frustração no setor aumentou. Os parceiros já se encontravam sobrecarregados na prestação de ajuda a pessoas previamente deslocadas e não tinham capacidade para prestar ajuda a mais pessoas.

Em junho de 2021, tinham sido alcançadas 30% das pessoas visadas que foram deslocadas devido à crise de insegurança, por 15 parceiros, com uma assistência básica. Verificavam-se preocupações de que a situação não iria estabilizar-se e de que o financiamento seria insuficiente para modernizar ou manter os abrigos. Os stocks eram insuficientes para a preparação para a próxima estação das chuvas e ciclones.

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO, TERRA E PROPRIEDADE

Em Moçambique, o Governo é proprietário da terra. As pessoas podem ser proprietárias das casas, mas não da terra. As pessoas e as organizações podem ter acesso à terra através do direito de uso, que pode ser formalizado por meio de um Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Para ajudar os parceiros a abordar esta situação, o Shelter Cluster organizou sessões de formação sobre Habitação, Terra e Propriedade (que irão continuar) para os parceiros dos setores de Abrigos e CCCM.

Um aspeto-chave da questão da Habitação, Terra e Propriedade é que os direitos comunitários sobre a terra obtidos através da ocupação em geral não são formalmente registados, sendo assim “invisíveis” nos registos formais e mapas oficiais. Existem sistemas de propriedade informais paralelos em povoações periurbanas e rurais. Neste contexto, a realização de processos de “due diligence” com o intuito de compreender a posse da terra para intervenções humanitárias (como abrigos e construção de infraestruturas) é muito importante. O Cluster prestou uma formação ativa aos parceiros sobre como abordar e realizar processos de “due diligence” sobre a propriedade da terra.



Desenvolvimento de uma abordagem de abrigo faseada por uma família na Área de realocização de Meculane, Chiure, Cabo Delgado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A falta de recursos (materiais e humanos) causada pelos atrasos do aprovisionamento e pelas lacunas financeiras comprometeu ambas as respostas (insegurança e ciclone). Tendo em conta a magnitude das necessidades, os parceiros do Shelter Cluster precisaram otimizar os seus recursos reduzindo a composição dos kits de abrigo ao pacote mais básico, a fim de alcançar o máximo de pessoas possível.

A aplicação de critérios de seleção de famílias é extremamente difícil em todos os setores, já que as listas de famílias são elaboradas (e impostas) pelos líderes locais, restando aos parceiros oportunidades muito limitadas de debater as listas ou de realizar mudanças, se necessário, para assegurar que as famílias mais vulneráveis sejam alcançadas. A Shelter Cluster definiu ferramentas de avaliação para ajudar neste aspecto e continua a desenvolver esforços de sensibilização junto das autoridades locais e dos setores-chave que podem ajudar, especialmente para o referenciamento das famílias mais vulneráveis, já que os parceiros se deparavam com dificuldades em identificar as pessoas vulneráveis.

Coordenação. A maioria dos parceiros da Shelter Cluster não estava familiarizada com o sistema da Cluster, nem intervenções humanitárias em crises de insegurança, e portanto necessitavam de muito apoio e orientação. A resposta humanitária aumentou e também a necessidade de ampliá-la.

Prazos longos. Sem stocks preposicionados, é impossível dar uma resposta rápida. Os prazos para o aprovisionamento internacional são de muitos meses, até pelo facto de os orçamentos geralmente não contemplarem o transporte aéreo como uma opção possível. Considerando todas as dificuldades de aprovisionamento e importação que o país enfrenta, a centralização do sistema beneficiaria todos os parceiros da Shelter/forneecedores de produtos não alimentares e contribuiria para a resposta tanto à insegurança como às catástrofes. Com um sistema de abastecimento adequado, o acesso aos produtos e aos materiais de construção será mais eficiente.

IMPACTOS MAIS VASTOS

O impacto da estratégia da Shelter Cluster promovida a partir do final de 2020 está a mostrar resultados, com um equilíbrio entre a urgência e a sustentabilidade. As modalidades de Resposta Rápida e de Recuperação Precoce foram fundidas, tirando partido das capacidades reforçadas previamente na região pelos parceiros de desenvolvimento. Ainda que muitos dos parceiros não estivessem concentrados na urgência, a maioria das organizações destacou especialistas em emergência para apoiar as equipas e a Shelter Cluster propôs áreas de intervenção aos parceiros com base nos respetivos pontos fortes.



Parceiros da Shelter Cluster debatem as disposições do abrigo a promover durante a abordagem faseada, Pemba, Cabo Delgado.



Uma mulher constrói o seu abrigo em Meculane, Chiure, Cabo Delgado.

LIÇÕES APRENDIDAS

- **Força dos mecanismos de resposta.** A proatividade e os mecanismos de resposta das populações afetadas em Moçambique constituem fatores-chave para a eficácia da resposta. A Shelter Cluster deve continuar a apoiar estes mecanismos, mas também aumentar as atividades de sensibilização para o impacto ambiental e outras estratégias a fim de garantir que os materiais de construção sejam adequadamente recolhidos e a partir de fontes controladas.
- **Necessidade de pré-instalação.** Para assegurar uma resposta adequada e imediata de abrigos de emergência e produtos não alimentares, tendo em conta os atrasos do aprovisionamento (bloqueios alfandegários e fraca capacidade de produção local), os stocks pré-instalados, incluindo abrigos e produtos não alimentares fundamentais, são essenciais neste contexto em que o número de pessoas que necessitam de ajuda em matéria de abrigos de emergência e produtos não alimentares aumenta todos os dias devido à crise de insegurança e exposição às catástrofes naturais.
- **Mobilização da comunidade.** Durante a promoção de uma abordagem faseada ao abrigo, os parceiros necessitam de reforçar o envolvimento das comunidades desde o início do planeamento do projeto para assegurar a propriedade dos projetos e a adequação da abordagem, bem como definir os prazos. As atividades de mobilização da comunidade têm de ser reforçadas e as equipas dos abrigos devem contar com pessoal dedicado para estes esforços.